

REGIÃO METROPOLITANA
SALVADOR

salvador@grupatarde.com.br

JEQUIÊ Criança de 10 anos morre após ser atingida por tiro acidental

www.atarde.com.br

PATRIMÔNIO Murais e painéis de artistas baianos ficam escondidos e sem os cuidados devidos em prédios da cidade

Obras de arte não recebem conservação

Fotos: Margarida Neskic / Ag. A TARDE



Mesmo tombado pelo Ipac, o mural de Carlos Bastos que fica na farmácia Rio Branco é recortado por portas e fica quase que completamente escondido por prateleiras

HENRIQUE ALMEIDA*

Por detrás de prateleiras e caixas de remédios, fixado em um mural de 21 metros de comprimento por quatro de altura, os traços de uma obra que representa as relações comerciais no Porto de Salvador no início do século XIX. Concentrados nos valores e indicações dos remédios, os consumidores circulam pela farmácia Rio Branco, no Comércio, sem perceber que ali está uma obra do artista baiano Carlos Bastos (1925-2004).

Se percebem o mural e conhecem o pintor, se decepcionam ao verem a obra escondida e esquecida. Essa não é a única situação de descaso de obras de artistas baianos em estabelecimentos de Salvador.

"A situação é surreal. Não há iluminação adequada, além de estar escondida entre prateleiras. Infelizmente, aqui [no país] não há valorização dos artistas. Lá fora [exterior] essas questões são melhores resolvidas. Há cinco, seis anos entrei em uma batalha na Assembleia Legislativa, pois queriam re-

formar o mural dele [Carlos Bastos] e adicionar outros personagens", lembra a sobrinha-neta do artista, Mirella Bastos.

Amantes da obra de Bastos ou curiosos, ao "driblarem" as prateleiras, encontram quatro portas no mural, que recortam a pintura e dão acesso às dependências dos funcionários.

Nos registros oficiais da família, só constam duas portas no painel original.

Responsável por tomar conta do acervo do pintor, Mirella conta que já sinalizou a respeito da situação aos órgãos competentes, mas até agora não houve movimentação.

A obra foi tombada pelo Instituto de Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (Ipac) em 2002. Em 2012, a loja Insuante teve que restaurar o mural, após passar tinta laranja sobre a obra. A determinação foi do Minis-

tério Público do Estado da Bahia (MP-BA).

No local há dois anos, o proprietário da farmácia Rio Branco, Alvaro Valentim, conta que quando instalou o empreendimento, as portas já estavam no local e que a única recomendação que recebeu foi manter o mural em perfeito estado.

"Temos cuidado com a obra. Deixamos espaço para oxigená-la, evitar poeira. Mas não dá para relocar as prateleiras", sinaliza.

Indiferença

Outro que também sofre com o descaso para com as obras de arte é o professor, pintor, escultor e desenhista Juarez Paraíso. Ele, que teve um mural destruído no extinto Cine Art 3 (no Politeama) e outro no Cine Tupy (na Baixa dos Sapateiros, que atualmente só exibe filme pornô) fala sobre a indiferença dos órgãos públicos.

"Não há política de promoção à arte. Obras de arte não são para serem recuperadas, mas preservadas. Independentemente de estarem no espaço público ou privado, elas devem ser va-

"Não há promoção à arte. As obras não existem para ser recuperadas, mas para ser preservadas"

JUAREZ PARAÍSO, artista plástico

A equipe de reportagem entrou em contato com a Seagri, mas não obteve retorno até o fechamento desta edição.

Questionado sobre o acompanhamento do estado das obras de arte em prédios públicos e privados de Salvador, o Ipac também não respondeu. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano informou que não há como verificar quantos imóveis possuem obras de arte, como previsto na Lei Municipal 4.489/92, pois os dados estão no processo de emissão de alvará de cada construção.

A Fundação Gregório de Mattos (FGM), pela assessoria, informou que, até agora, nenhuma obra de arte em edifícios foi tombada pelo Município. Está sob análise proposta para tombamento o mural *Dois Índios*, do artista Carybé, no edifício Campo Grande. "Estamos realizando visitas em alguns prédios para analisar solicitação de tombamento", respondeu a assessora da FGM.

* SOB A SUPERVISÃO DA JORNALISTA JANE FERNANDES



Obra de Juarez Paraíso na Seagri: falta de cuidados

Universidade dá apoio técnico

No entanto, também existem locais onde as obras estão preservadas. A TARDE também visitou alguns desses estabelecimentos. No Hospital Geral Roberto Santos, o mural de Juarez Paraíso é isolado por uma corda que restringe a área. A manutenção é feita aos sábados, com pano úmido, água e detergente.

No Centro Empresarial Iguatemi, as pinturas do artista Carlos Bastos estão em bom estado. De acordo com o administrador do edifício, Osmar Braga, a ideia era colocar uma proteção de vidro na obra, mas foram aconselhados pela Escola de Belas Artes a não fazê-lo. "Geralmente, evitamos poeira no local, possibilitamos ventilação. Chamamos o pessoal da Escola de Belas Artes quando há necessidade de um tratamento técnico", afirma Osmar.

No Wish Hotel (antigo Sheraton), as obras de Genaro de Carvalho, no restaurante do empreendimento, e de Carybé, na recepção, es-



No Wish Hotel (ex-Sheraton), o painel de Genaro de Carvalho está em bom estado

tão em bom estado. No Museu Geológico da Bahia, o mural de Juarez Paraíso tem valor especial e a manutenção é fator importante. Segundo o coordenador do museu, Elis Sampaio, apesar das dificuldades financeiras do local, a obra tem a conservação assegurada.

A professora, artista plás-

tica e diretora do departamento de Belas Artes da UFba, Nanci Novais, acredita que não há estímulo às artes visuais e que os artistas devem ser educados a cuidarem das próprias obras, sem esperar por outras instâncias. Ela ainda admite um certo estado de "desânimo" da classe artística, após anos

de luta por maior compromisso dos órgãos públicos para com as questões culturais "às vezes, a gente cansa de lutar. Falta respeito para com a arte. É triste, mas é real. Quando somos procurados, realizamos recuperação das obras, o tratamento necessário para não chegar ao estado terminal".

Faltam números sobre a aplicação da legislação

De acordo com a lei municipal 4.489/92, os empreendimentos de urbanização, edificação e complexos urbanos devem conter obras originais de valor artístico de autor de comprovada habilitação profissional de grande porte.

Os empreendimentos podem se dividir nas subcategorias: base residencial, base comercial e de serviços, reunião e afluência de público (auditório, teatro, cinema, cineteatro, museu, biblioteca e etc.), eventos esportivos (clube social/esportivo) e hospedagem.

Segundo a Sedur, quando o cidadão solicita um alvará de construção é feita análise pelos técnicos, com base na lei municipal. Eles avaliarão se o empreendimento necessita ou não de uma condicionante para a implantação de obras de arte. A fiscalização é feita no momento da entrega do "Habite-se" (Certidão que atesta que o imóvel está pronto para ser habitado). A manutenção da

obra é responsabilidade do empreendimento.

Levantamento

Em edição de março de 2017 da Revista Muito, é citado um levantamento realizado em 2015 pela urbanista Carol Perez, como parte do doutorado na Universidade Federal da Bahia (UFba). Nele, consta que apenas 33% dos empreendimentos comerciais inaugurados naquele ano possuíam alguma obra de arte. Para o artista Juarez Paraíso, a lei 4.489/92 não funciona, não é respeitada. Ele espera maior conscientização política dos artistas e maior união para valorização do trabalho.

"Estou lutando há quatro governos para a restauração do mural externo da Seagri. Me lembro que quando o mural do Hospital Geral Roberto Santos (HGRS) foi reinaugurado Jaques Wagner [ex-governador] estava do meu lado e prometeu restaurar todas as minhas obras", recorda.